

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**BRENA LAYLA MELO DA COSTA**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL “MÉRCIA CARDOSO COIMBRA” EM  
PARINTINS-AM**

Parintins - AM

2023

**BRENA LAYLA MELO DA COSTA**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL “MÉRCIA CARDOSO COIMBRA” EM PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Parintins - AM

2023

**BRENA LAYLA MELO DA COSTA**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL “MÉRCIA CARDOSO COIMBRA” EM PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: \_\_/\_\_/2023

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Georgina Terezinha Vasconcelos (Presidente)**

Universidade do Estado do Amazonas

---

**Prof<sup>a</sup> M.a. Francisca Keila Freitas Amoedo (Membro)**

Universidade do Estado do Amazonas

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Simone Souza Silva (Membro)**

Universidade do Estado do Amazonas

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus avós, Rosilene Gomes, Abel Andrade e Valdenora Elias. São pessoas que não estão mais em vida, mas seus ensinamentos e sua força permaneceram presentes em mim.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me possibilitou permanecer forte diante das dificuldades, mantendo sempre a fé desde o início ao fim deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares que nunca desistiram de mim, que sempre foram a minha força, minha Mãe Albenize Melo, meu Pai Juvenal Costa, minha Irmã Yasmim Costa e minha Prima irmã Gabriele Ribeiro.

Agradeço as minhas amigas e amigos, Nancy Maria, Evely Silva, Elissa Silva, Jean Pedro, Cleber Oliveira, Leticia Gomes e Grazielle Gomes.

Agradeço a família da Dona Izabel Sicsú Farias e seu Valdemir José Gonzaga seu núcleo familiar, que me acolheram e apoiaram durante trajetória final deste trabalho.

Agradeço aos meus sobrinhos de coração Jose Pedro e Arthur Barbosa, João Lucas e Maria Isabel.

Agradeço as minhas amigas Amanda Araújo, Debora Araújo, em especial Zena Carneiro uma tia que a vida me deu.

Agradeço aos meus familiares do estado do Ceará em especial minha tia Marines, meu tio Pele, minha prima Isabel Santiago.

Agradeço aos meus familiares do estado do Amazonas em especial a minha tia Nalda e meu tio Elvis.

Agradeço os professores e professoras do colegiado de pedagogia que fizeram parte da minha formação, em especial minha orientadora Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos.

Agradeço toda a ajuda oferecida pela secretaria do colegiado de pedagogia a senhora Edilene Reis.

Agradeço a esta instituição pela colaboração da minha formação acadêmica, por todos aprendizados adquiridos durante todo este longo período que aqui passei, sou grata pela oportunidade de ter estudado em uma universidade pública.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema: Educação antirracista no ambiente escolar: uma análise a partir da lei 10.639/2003 na Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” em Parintins-AM, esta pesquisa visa analisar como a referida escola trabalha as questões antirracistas segundo os preceitos propostos na lei 10.639/03, bem como averiguar a concepção de professores a respeito dos dispositivos que regem a lei 10.639/03; identificar se a escola trabalha os conteúdos curriculares com base no que propõe a lei 10.639/03, para uma educação antirracista e investigar se existem dificuldades em trabalhar os dispositivos da lei relacionadas a sua aplicação. A metodologia empregada na elaboração deste estudo consiste primeiramente em uma pesquisa bibliográfica, por meio de leituras de autores como Gomes (2011), Pantoja (2004), Souza (2012), entre outros, sendo de enfoque fenomenológico e de natureza qualitativa, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a observação, a aplicação de questionários e a elaboração de quadros. E como resultados finais, constatou-se que apenas um professor dentre os pesquisados, desconhece a lei 10.639/03 e evidenciou-se que a escola promove a aplicação da lei 10.639/03 no dia-a-dia escolar, além de desenvolver projetos interdisciplinares conforme as datas comemorativas para trabalhar as questões étnico-raciais por meio de diversas temáticas.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; Escola; Lei 10.639/2003.

## ABSTRACT

This Course Completion Work has as its theme: Anti-racist education in the school environment: an analysis from the law 10.639/2003 at the Municipal School “Mércia Cardoso Coimbra” in Parintins-AM, this research aims to analyze how the referred school works the questions anti-racists according to the precepts proposed in law 10.639/03, as well as to investigate the conception of teachers regarding the devices that govern law 10.639/03; identify whether the school works with curriculum content based on what law 10.639/03 proposes, for an anti-racist education and investigate whether there are difficulties in working with the provisions of the law related to its application. The methodology used in the elaboration of this study consists primarily of a bibliographical research, through readings of authors such as Gomes (2011), Pantoja (2004), Souza (2012), among others, being of a phenomenological approach and of a qualitative nature, using observation, the application of questionnaires and the elaboration of tables were used as data collection instruments. And as final results, it was found that only one teacher among those surveyed is unaware of law 10.639/03 and it was evidenced that the school promotes the application of law 10.639/03 in the school day-to-day, in addition to developing interdisciplinary projects according to commemorative dates to work on ethnic-racial issues through various themes.

**Keywords:** Anti-racist education; School; Law 10.639/2003.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1. CAPÍTULO I (REFERENCIAL TEÓRICO).....</b>	<b>12</b>
1.1 A Lei 10.639/2003 contexto, importância e percalços.....	12
1.2 As concepções e desafios dos professores a respeito do conhecimento da Lei 10.639/03.....	14
1.3 Os conteúdos da cultura afro-brasileira na escola, e sua relação com as questões étnicas.....	18
<b>2. CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>24</b>
<b>3. CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo que tem como tema: Educação antirracista no ambiente escolar: uma análise a partir da lei 10.639/2003 na Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” em Parintins-AM trata-se de um trabalho de conclusão de curso – TCC, cujo a finalidade principal é estabelecer uma discussão por meio de uma análise da aplicação da lei n. 10.639/03, lei que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, envolvendo prática educativa de professores em uma escola municipal na cidade de Parintins, estado do Amazonas

Pensando na importância de possibilitar discussões sobre a implementação de novas ações voltadas para a efetiva implantação da Lei 10.639/2003 dentro das escolas municipais de Parintins-Am, e tendo em vista a pouca visibilidade de estudos com esta temática no município, esta pesquisa tem como problemática: Como a Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” trabalha as questões antirracistas segundo os preceitos propostos na lei 10.639/03?

Esta pesquisa justifica-se pela atual realidade brasileira em que a desigualdade racial paira sobre todos os setores da sociedade, diante disso, podemos afirmar que a escola é um campo vasto de possibilidades para a desconstrução de uma educação colonial, podendo assim desenvolver uma educação que possibilite que as culturas africana e afro-brasileira possam ser valorizadas e devidamente reconhecidas na história da formação da sociedade brasileira para que deste modo, possibilite transformar valores ultrapassados baseados em preconceitos e discriminação contra pessoas negras em valores de respeito, empatia e solidariedade. Diante disso, questiona-se como a escola trabalha as questões antirracistas segundo os preceitos propostos na lei 10.639/03.

E como estudante do curso de pedagogia, senti a necessidade de me aprofundar nos estudos sobre uma educação antirracista, visto que, no decorrer do curso, notei que esse assunto é pouco discutido em sala de aula. Neste sentido, é preocupante que muitos pedagogos saiam da universidade acreditando que o racismo é uma problemática manifestada somente na sociedade, mas que não está presente na escola, tendo em vista que este tema é pouco falado no ambiente acadêmico.

A lei 10.639/2003 tem o intuito de agir a favor do enfrentamento e superação das práticas racistas no ambiente escolar e é considerada um avanço em relação às questões raciais na educação. Assim como as cotas raciais, essa lei é uma política de

ação afirmativa. E é importante destacar que as políticas de ações afirmativas que combatem o racismo são frutos das lutas incansáveis do Movimento Negro.

O mito da democracia racial marca a história do Brasil, desta forma, marca também uma contradição neste processo de formação histórica do país. No entanto, a área da educação também é afetada por este mito. Deste modo, é necessário desconstruí-lo por meio da conscientização da sociedade através da pluralidade e diversidade cultural, e o ambiente propício para trabalhar tais questões é a escola e a sala de aula. Dando ênfase no papel do professor como responsável por diminuir e lidar com situações de preconceitos por meio de uma educação antirracista.

É fato que há dificuldades por parte de muitos professores em lidar com situações que envolvem o racismo em sala de aula. Grande parte disso se justifica porque tais professores não tiveram acesso a disciplinas que abordam questões raciais e de diversidade cultural em sua formação inicial e muito menos tiveram contato com estratégias didático-pedagógicas para tratar dessas temáticas em sala de aula. Neste sentido, para sanar tais desafios, a formação continuada de professores é muito importante para que os mesmos possam se atualizar quanto aos seus instrumentos pedagógicos principalmente em relação às questões étnico-raciais.

Á luz dos fatos mencionados, este trabalho tem como objetivo geral realizar um estudo em uma escola pública municipal de Parintins, a Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” afim de analisar como a escola trabalha as questões antirracistas segundo os preceitos propostos na lei 10.639/03. Logo, para entendermos melhor este processo, parte-se dos seguintes objetivos específicos: Averiguar a concepção de professores a respeito dos dispositivos que regem a lei 10.639/03; identificar se a escola trabalha os conteúdos curriculares com base no que propõe a lei 10.639/03, para uma educação antirracista; investigar se existem dificuldades em trabalhar os dispositivos da lei relacionadas a sua aplicação.

Dessa forma este trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo abordamos as concepções dos teóricos pontuando temas como o contexto da lei 10.639/03, sua importância e os desafios para sua efetivação, bem como questões relacionadas ao racismo por meio da educação antirracista nas escolas baseada nas leis e documentos que regem a educação. O segundo capítulo elencamos os procedimentos metodológicos que fundamentam a pesquisa. E no terceiro capítulo apresentamos a análise e discussão dos dados coletados durante as idas a campo. Por último, apontamos nossas considerações finais, propondo que a pesquisa possa

possibilitar ajudar a compreender a atual situação sobre a luta antirracista em escolas municipais e como as mesmas possam contribuir para uma educação fora do estereotipado em relação a cultura africana.

## 1. CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

Neste debate teórico, trataremos de questões acerca da lei 10.639/2003, ressaltando seu contexto, importância e os percalços para sua efetivação, bem como questões relacionadas ao combate ao racismo por meio da educação antirracista nas escolas baseadas nas leis e documentos que regem a educação básica.

### 1.1 A Lei 10.639/2003 contexto, importância e percalços

Em 2003, houve a aprovação da lei 10.639/2003 e a partir dela, tornou-se obrigatório o ensino de História e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras no sistema de Educação Básica, oficiais e particulares, por meio dos Artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Esta lei adiciona as temáticas História, Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de todos os níveis de educação formal, nacionalmente e tem como objetivo fazer a reformulação pedagógica de um ensino eurocêntrico para uma educação que reconheça a importância da história da África e do povo negro na constituição do Brasil e para a contribuição de uma transformação social, pautada no respeito e não mais no silenciamento da cultura afro-brasileira.

É importante salientar que foi com a emergência do movimento negro e sua mobilização é que ocorreu a criação da lei 10.639/2003.

O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos

indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (GOMES, 2011, p. 135).

Com o Movimento Negro houve uma acentuação no crescimento da luta pela inserção de negros na escola e a inclusão de temáticas que representam sua história nos currículos das escolas. E como fruto de sua mobilização, ocorreram mudanças significativas, como a criação da Lei 10.639/2003, possibilitando então, o acesso ao conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira, bem como também sobre a luta e o papel crucial do povo negro na formação da sociedade brasileira, dando espaço para reflexões e discussões acerca do racismo, preconceito e discriminação, propiciando o desenvolvimento de ações afirmativas.

Para demonstrar a importância da implementação da lei 10.639/2003, Felisberto (2006) afirma que a obrigatoriedade da lei, junto com a ação dos professores e pesquisadores colabora para uma educação voltada para a pluralidade étnica e contribui no desenvolvimento da autoestima dos estudantes afro-brasileiros.

Pantoja (2004, p. 18) diz também que "a história da África é importante para nos situar no mundo e outras faces de sua história nos revelam partes indispensáveis de nossa própria formação histórica", deste modo, acredita-se que o preconceito e a discriminação diminuam, pois, o educando ao entrar em contato com a historicidade por traz de toda a desigualdade que acontece atualmente com pessoas negras, possa compreender e não reproduzir falas e ações desrespeitosas.

Segundo Souza (2012) quando os conteúdos sobre a África são abordados em sala de aula, os professores precisam instigar os estudantes a refletirem sobre a discriminação racial, fazer com que valorizem a diversidade étnica, gerar debates, estimular comportamentos e valores de respeito, tolerância e solidariedade, quer dizer que quanto mais essa temática é trabalhada com os educandos, mais estaremos próximos de construir uma sociedade com um pensamento mais empático e que valorize a diversidade étnica e cultural de nosso país.

Gomes e Jesus (2013, p. 21) também confirmam a importância da Lei 10.639/03 afirmando que:

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma

postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola.

Dessa forma, é de suma importância que haja o reconhecimento da Lei 10.639/03 e do aumento nos diálogos sobre a História da África e da Cultura Afro-brasileira, nas instituições de ensino, mas mesmo com todo o avanço nas discussões sobre essas temáticas pela obrigatoriedade da lei, ainda existem dificuldades encontradas neste percurso que precisam ser sanadas para que a aplicação da lei seja efetivada de maneira significativa.

A fim de que a lei 10.639/2003 seja de fato efetivada nas escolas, é necessário que haja a implementação de um currículo que dê importância para a questão do racismo, que desconstrua as representações negativas de pessoas negras e promova uma educação antirracista. Entretanto, é muito importante que a formação inicial e continuada de professores leve em consideração esse problema social, compreendendo que “ensinamos aquilo que somos e que, naquilo que somos, se encontra muito daquilo que ensinamos” (NÓVOA, 2009, p. 6).

## **1.2 As concepções e desafios dos professores a respeito do conhecimento da Lei 10.639/03**

De acordo com Oliva (2004), uma dessas dificuldades seria o despreparo de alguns professores por não terem sido expostos a determinadas disciplinas sobre a África em sua formação. Outra dificuldade seria a parte dos livros didáticos que não dão espaço suficiente ao assunto e a existência de informações distorcidas e preconceitos, principalmente religiosos, na sociedade, que disseminam ideias discriminatórias sobre o continente e dificultam o cumprimento da lei.

Reproduzimos em nossas ideias as notícias que circulam pela mídia e que revelam um continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, as revistas e livros didáticos se incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o continente e a discriminação pela qual são submetidos os

afrodescendentes (OLIVA, 2004, p. 24).

Segundo Pantoja (2004), vale destacar o fato de que a desinformação tem levado ao ensino da história e cultura africana de forma fragmentada e isolada, o que dificulta sua compreensão. Concordando com este argumento, Moore (2010, p. 153) traz o pensamento de que “isolar a história da África do resto do mundo [...], equivale a contribuir para a opacidade da própria história dos povos extraafricanos, além de colocar a história dos povos africanos numa situação de inteligibilidade histórica total”.

De acordo com Rocha e Silva (2013), a ratificação da lei fortaleceu o debate sobre a educação para as relações étnico-raciais, porém, ainda há a necessidade de ampliar o debate e a preparação educacional para implementar a educação antirracista. Os autores salientam ainda a necessidade de sensibilizar toda a comunidade escolar das alterações nas abordagens curriculares interdisciplinares e transversais a todos os componentes curriculares, níveis e modalidades.

A efetivação da Lei 10.639/03 está em construção, sendo ainda um desafio a ser vencido, pois, como é sabido, ainda há desconhecimento deste marco regulatório por parte de gestores públicos e profissionais da educação, que propugna a revisão do currículo escolar referente à referida lei. Além disso, a sociedade brasileira ainda não está plenamente convencida quanto à superação das políticas públicas universalistas e à necessidade para se avançar com as específicas, considerando a politização das diferenças, como uma importante contribuição dos movimentos sociais que colocam como meta a construção de uma coletividade que reconheça e considere os grupos historicamente discriminados (ROCHA e SILVA, 2013, p.78).

Assim, pode-se evidenciar que o processo de conquista dos direitos dos negros é caracterizado por lutas incansáveis. Portanto, a Lei 10.639/03 representa um importante passo para salvar a história africana e reconhecer sua contribuição para a educação brasileira, mas apesar de sua importância, ainda existem problemas no campo da educação do ponto de vista desta lei.

Uma mudança de valores pode iniciar com espaços educativos voltados para a prática de ensinamentos antirracistas que buscam enfrentar o racismo instituído na sociedade, permitindo que as pessoas vivam sem discriminação e marginalização entre si.

[...] Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalha, não temos dúvida de

que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2005, p.17).

A promoção da diversidade intercultural e étnico-racial entre indivíduos deve começar nas escolas e, claro, respeitando e compreendendo as diferenças culturais das pessoas, contribuirá para o desenvolvimento saudável da sociedade. Desta maneira, este movimento pode ocorrer naturalmente em outros espaços sociais.

A escola deve ser reconhecida como parte integrante da sociedade, assim como é um espaço de mitigação do racismo. No ambiente escolar, a educação antirracista visa eliminar o preconceito, a discriminação e o tratamento preferencial. A partir disto, Moreira e Viana (2015, p. 7) descrevem que:

É no contexto escolar que o educando será instigado a interagir com os desafios que a mesma propõe. Dessa forma, todos terão a oportunidade de conhecer a participação dos negros [...], na edificação da história e da cultura deste país, como na música, religião, arte, dança..., buscando resgatar as suas matrizes históricas e culturais, através do diálogo entre todo corpo escolar.

Portanto, é necessário criticar severamente e eliminar estereótipos e noções pré-concebidas que possam existir em materiais didáticos, alunos, professores, etc. É essa tendência que leva a valorizar a igualdade nos relacionamentos. Troyna e Carrington (1990, p. 1) dizem que promover a educação antirracista parte da visão a seguir:

Educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal.

Para mudar esse cenário de preconceito contra negros na sociedade brasileira, é necessário que o trabalho pedagógico se alie a educação antirracista. Desse modo, o preconceito e a discriminação que ocorrem nas instituições de ensino devem ser discutidos de forma coletiva e participativa por professores, alunos e comunidade escolar, para que novas atitudes e ideias possam ser utilizadas em prol da igualdade e respeito aos grupos negros para criar uma luta direta contra a reprodução e naturalização da

intolerância no meio educacional. Nesse sentido, Marques et al (2007, p. 3) argumentam que:

faz-se então necessária uma grande reestruturação qualitativa da educação pública brasileira de ensino básico, considerando os inúmeros desafios e envolvendo de forma participativa e cooperativa todos os atores da sociedade. Acredita-se ainda que, para legitimar qualquer diálogo e iniciativa no campo da educação, é preciso o envolvimento verdadeiro dos autênticos protagonistas da práxis educativa – os professores –, partindo dos seus sonhos, angústias, sugestões e experiências, acumulados ao longo dos anos de magistério, além das passagens por escolas diversas e as inúmeras mudanças de gestores públicos.

Por esta razão, o papel dos professores na luta contra o racismo começa com a reformulação de currículos, para que tenham uma maior abrangência de temas relacionados à desigualdade e preconceito racial contra negros, o envolvimento pedagógico dos professores em relação ao conhecimento da história da África, movimentos negros pelo mundo, cultura, economia, política e sobretudo a utilização de materiais didáticos que contribuam para o conhecimento da cultura negra junto aos alunos e demais membros da comunidade escolar, como possíveis ferramentas que os professores podem utilizar para promover a educação antirracista nos processos educativos.

Muito mais do que um conteúdo curricular, a inserção da discussão sobre a África e a questão do negro no Brasil nas escolas da educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade. (GOMES, 2008, p. 81).

Assim, a inserção de saberes relacionados à cultura africana na educação brasileira, segundo Gomes (2008), proporciona aos estudantes informações sobre os grupos africanos, promove a reflexão e discussão de saberes antes marginalizados nos processos educativos, não apenas a valorização da cultura de grupos brancos, mas também a participação de negros e outros grupos na formação da sociedade brasileira.

Desse ponto de vista, a eliminação do preconceito faz parte do processo de mudança no contexto pedagógico, em que a introdução de conhecimentos sobre os povos africanos e o uso de materiais pedagógicos em sala de aula é uma forma direta de enfrentamento das situações de preconceito que podem aparecer entre os educandos, constituindo uma sociedade mais igualitária, com responsabilidade social a respeito da

diversidade étnica.

Assim, alterações legislativas podem facilitar mudanças nas práticas educativas em busca da justiça racial e do respeito à diversidade cultural. Indígenas também foram reconhecidos na história e cultura brasileira. Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei nº 10.639/2003, mantendo o reconhecimento da cultura afro-brasileira e acrescentando a cultura indígena. A Lei Conclui que:

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (BRASIL, 2008).

Aulas obrigatórias sobre relações étnico-sociais e o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena farão parte do currículo a ser ministrado por todos os docentes na Educação Básica do Brasil. Reconhecer a diversidade étnica pode ser uma forma de combater o preconceito e a exclusão de grupos marginalizados na escola, no trabalho e em ambientes sociais.

### **1.3 Os conteúdos da cultura afro-brasileira na escola, e sua relação com as questões étnicas**

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 afetaram as adequações às normas da BNCC. Foram incluídas nos campos competências, aprendizagens e conhecimentos necessários para a formação do aluno, informações relacionadas à história e culturas africana, afro-brasileira e indígena. Estes regulamentos têm a seguinte redação:

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação

alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422) (BNCC, 2018, p. 19-20).

Ao inserir as relações étnico-raciais no currículo escolar, a BNCC visa que os alunos desenvolvam atividades, valores e comportamentos que visem reconhecer e respeitar os diferentes contextos socioculturais na sociedade. Assim sendo, a capacidade de se comunicar e conviver com a diferença e a diversidade também é importante, pois são habilidades individuais e sociais indispensáveis para a construção de uma nação mais igualitária, democrática e inclusiva para os povos negros e indígenas.

Este movimento pode começar com a possibilidade de garantir igualdade de acesso às instalações escolares para outras pessoas e grupos que ainda hoje são excluídos na sociedade. A tarefa das instituições de ensino é organizar seus currículos escolares com propostas pedagógicas que levem em consideração a identidade, a cultura, a língua, a comunidade e os interesses desses alunos, para que possam ingressar e permanecer na Educação Básica:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. É imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades (BNCC, 2018, p. 366).

Além da disciplina de História, outros componentes curriculares também são responsáveis pela inclusão de assuntos étnico-raciais, como Língua Portuguesa, Artes, Geografia e Ciências. Deste modo, é de suma importância que se reflita sobre a formação continuada de professores, para que estes possam estar sempre atualizados sobre às metodologias e técnicas da educação antirracista, proporcionando assim, um ambiente escolar mais harmonioso e igualitário.

[...] Passados mais de 10 anos desta Lei, o que constatamos é que muitas redes de ensino ainda não implementaram o ensino de história e cultura

africana e afro-brasileira nos planos municipais de educação, na formação continuada dos docentes e no trabalho cotidiano do currículo praticado nas escolas. Isso significa dizer que, apesar da conquista de marcos legais, a escola que a população negra conhece ainda é uma escola que tem negado a sua existência, orientada pelo esquecimento e pela invisibilidade dessa população (SOUZA, 2016, p. 2).

Ao organizar um trabalho étnico-racial com os alunos, o planejamento prévio nas escolas é importante para evitar possíveis situações de fortalecimento do preconceito e do racismo no espaço escolar. Esse movimento é possível a partir da visão do ser humano como um sujeito ontológico que busca mais e a partir de práticas educativas que fomentam o diálogo e a troca de ideias.

Por pedagogia decolonial, nesta perspectiva, entendemos o conjunto de teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade/ colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livre, amorosa, justa e solidária (MOTA NETO; STRECK, 2019, p. 208).

Nessa perspectiva, compreender as desigualdades sociais em relação à população negra e a prática de leis antirracistas na literatura educacional pode ser utilizado para a construção de novas propostas curriculares que ofereçam a educação étnico-racial em sala de aula, a partir da educação antirracista.

O envolvimento igualitário e inclusivo de todos os alunos nessa causa social também ajuda a construir esse processo transformador e a criar uma sociedade mais justa, de todos e livre de qualquer tipo de discriminação racial.

Munanga (2005) destaca sobre a existência de uma ideologia de inferioridade negra. Essa ideologia é frequentemente reforçada nas escolas pelos livros didáticos e seus professores na forma de preconceitos e estereótipos. O personagem negro é frequentemente associado à escravidão nos livros, tanto que seu passado de homem livre antes da escravidão e as lutas de emancipação que travou durante a escravidão e sua luta pelos direitos civis até hoje. De outro modo, os professores podem resolver essas contradições contando histórias sobre Zumbi dos Palmares, quilombos, rebeliões e motins da era escravista.

É necessário que haja reflexões sobre essa realidade, para trabalhar cada vez mais estratégias metodológicas que estimulem o respeito mútuo, e que valorizem as características físicas e sociais das pessoas, para que desta forma, possam valorizar a autoestima de todos os estudantes afrodescendentes ou não.

No sentido de uma educação antirracista, as autoras Silva e Accorsi (2021, p. 278) apresentam livros de literatura infanto-juvenil que os professores podem utilizar na escola como material didático pedagógica antirracista porque trabalha por meio de personagens negros que inspiram e dão representatividade e protagonismo a pessoas negras.

Fleck (2003) argumenta que

Embora seja uma atividade que, por se prazerosa, parece ser despreziosa, a literatura não é mero acessório para distrair as crianças, mas uma ferramenta de trabalho essencial para alcançarmos a perspectiva de totalidade, incluindo os preceitos de uma educação estética, a qual deve, portanto, ocupar um espaço importante no planejamento cotidiano das atividades (FLECK, 2003, p. 12).

As autoras Silva e Accorsi (2021) sugerem duas obras literárias, a primeira delas é *Amoras* de 2018 que tem como autor o escritor e rapper Emicida, o livro é indicado para crianças a partir de 03 anos, a história engloba figuras importantes como Luther King, Malcolm X e Zumbi dos Palmares, grandes lideranças negras, também aborda questionamentos como: Por que existe o preconceito de cor? Pode uma pessoa ser julgada e condenada pela sua cor? E *Amoras* de 2021 é um livro da atualidade que empodera crianças, principalmente as meninas, que se sentem representadas por sua personagem.

Outra obra de literatura infantil antirracista sugerida pelas autoras Silva e Accorsi (2021) é “*Meu crespo é de rainha*” de 2018, escrita por Bell Hooks, indicado também para crianças a partir de 3 anos de idade. O livro promove a valorização das características da criança negra e da mesma forma busca combater os estigmas raciais construídos acerca do cabelo crespo, tendo em vista que em nosso meio social ainda existem muitos preconceitos neste sentido, os quais devem ser erradicados.

[...] a leitura ajuda o indivíduo a se posicionar no mundo, a compreender a si mesmo e à sua circunstância, a ter suas próprias ideias. Mas a leitura da literatura é ainda mais importante: ela colabora para o fortalecimento do imaginário de uma pessoa, e é com a imaginação que solucionamos problemas (ZILBERMAN, 2008, p. 18).

A literatura infantil, segundo Silva e Accorsi (2021) pode ser uma porta de entrada para a educação no ambiente escolar e, nesse sentido, é propício que, professores educadores reflitam em como apresentam determinados conteúdos para as crianças, considerando como tais conteúdos contribuem para a formação do pensamento e ação

dos educandos.

A educação antirracista, guiada pelo viés literário que sustenta a temática, pode oferecer oportunidades para melhorar as relações étnico-raciais. Ao valorizar a pessoa negra, essas práticas reflexivas podem trabalhar para combater o preconceito racial e promover a igualdade social e racial.

A obra intitulada “Escola Para Todos: Promovendo uma educação antirracista – planos de aula comentados” das autoras Carolina Chagas Schneider e Fernanda Chagas Schneider publicado em 2021 é fruto de diversas edições de um curso de formação continuada para professores desenvolvido pela Fundação Telefônica Vivo, com o intuito de aproximar docentes a uma nova visão do espaço escolar, como um ambiente de representatividade, onde se realizam atividades inovadoras com foco no respeito às diferenças e no combate à discriminação.

E deste curso foram extraídos e organizados planos de aula que serviram para compor a obra destas autoras que traz diversos planos de aula voltados para uma educação antirracista com diversas finalidades e temáticas, todos alinhados às habilidades e competências da BNCC. Esta obra traz diversos exemplos de trabalhos que podem ser desenvolvidos nas escolas de educação básica do Brasil, se constitui em uma valiosa ferramenta para os professores promoverem a aplicação da lei 10.639/2003 em sua atuação, desempenhando uma educação antirracista.

Outra alternativa didático-pedagógica para abordar as questões étnico-raciais dentro de sala de aula são os filmes e documentários, estes, que de forma lúdica possibilita uma compreensão mais abrangente acerca das temáticas étnico-raciais.

O documentário "Cultura Negra - Resistência e identidade", direção: Ricardo Malta, Brasil, 2009. Produzido pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) e do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), estas organizações sociais combatem a intolerância religiosa e buscam por maior visibilidade da cultura negra. Um dos objetivos do vídeo é contribuir com o debate entorno da Lei nº10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como "Dia da Consciência Negra".

Outro instrumento didático pode ser o vídeo ficcional-educativo “Vista a minha pele”, direção: Joel Zito Araújo e Dandara, Brasil, 2004 que traz em menos de 30 minutos uma paródia sobre como o racismo e o preconceito ainda estão presentes nas salas de aula brasileiras. O vídeo utiliza a ironia para trabalhar a temática de forma educativa, neste vídeo, negros aparecem como classe dominante e brancos como escravizados e a mídia

só apresenta modelos negros como exemplos de beleza.

O documentário “Olhos azuis” dirigido por Jane Elliot nos Estados Unidos em 1968 mostra como foi o trabalho desenvolvido pela professora norte-americana Jane Elliot que realizou atividades de conscientização tanto com crianças quanto com adultos brancos no ano de 1968, por meio de oficinas, no qual os brancos poderiam sentir a discriminação sofrida por negros.

O filme “Histórias Cruzadas” dirigido por Tate Taylor, nos Estados Unidos em 2012, a obra se passa em Jackson, uma pequena cidade no estado do Mississippi nos anos 60, onde Skeeter (Emma Stone) é uma garota da sociedade que retorna determinada a se tornar escritora, ela começa a entrevistar as mulheres negras da cidade, que deixaram suas vidas para trabalhar na criação dos filhos da elite branca, da qual a própria Skeeter faz parte. Aibileen Clark (Viola Daves), a empregada da melhor amiga de Skeeter, é a primeira a conceder uma entrevista, o que desagrada a sociedade como um todo. Mesmo com as críticas, Skeeter e Aibileen continuam trabalhando juntas e, aos poucos, conseguem novas adesões.

## 2. CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa de natureza qualitativa de enfoque fenomenológico, porque trata-se de uma compreensão que orienta a atenção para o objeto pesquisado, pois é a partir de uma investigação minuciosa e cautelosa que se percebem novas características do fenômeno, ou características que não estão de um total manifestas. Também utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentação do estudo.

Para assegurar teoricamente sobre a pesquisa qualitativa, Chizzoti (2010) argumenta que este tipo de abordagem parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. A partir disso, a pesquisa qualitativa é de extrema importância para garantir um estudo mais dialogado e conciso acerca do objeto, por meio de métodos como a análise documental e a observação.

Para desenvolver esta pesquisa, se fez necessário realizar uma pesquisa bibliográfica, esta que segundo Gil (2002) é desenvolvida a partir de materiais já elaborados sobre o tema, constituído principalmente de livros e artigos. A pesquisa bibliográfica é requisito fundamental para o desenvolvimento de estudos no meio acadêmico, esta baseia o andamento do trabalho e análise dos resultados obtidos, no entanto há estudos que estão pautados somente nesta metodologia, onde há discussão envolvendo autores que são especialistas em determinado campo de pesquisa.

De acordo com o autor “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 04).

O método de abordagem utilizado foi o método Fenomenológico. A fenomenologia caracteriza-se pela atitude de abertura do ser humano para obter uma compreensão que vai além do que se mostra. Segundo Fazenda (2010), o método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto, ou seja, desvendar o fenômeno além da aparência, justamente porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade se faz necessário a fenomenologia.

Para uma compreensão da totalidade da aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Municipal em que foi realizada a pesquisa “Mércia Cardoso Coimbra”, a fenomenologia se caracteriza como chave principal na organização dos processos evidenciados por meio desta pesquisa, e norteando os dados coletados, fazendo com que o pesquisador entenda

contextualizadamente o fenômeno estudado. Como evidencia Fazenda (2010), as pesquisas de enfoque fenomenológico constituem-se pois como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno, que poderá ser retomado e visto sob nova interpretação.

As questões relacionadas as ações da escola perante a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 requerem um olhar e uma pesquisa de natureza qualitativa juntamente com atributos e técnicas quantitativas de coletar dados, pois possibilita uma tomada de informações e um esclarecimento mais abrangente e contextualizado acerca do presente estudo, porque os dados obtidos quantitativamente necessitam de uma interpretação subjetiva para que se alcance os objetivos anteriormente citados.

Como instrumentos de coleta de dados, a técnica de observação, foi utilizada neste estudo e se constitui como um elemento essencial para a obtenção de informações, reforçando os fatos evidenciados durante a pesquisa. A partir do pensamento das autoras Ludke e André (2013), a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens.

Outros instrumentos de coleta de dados foram utilizados como o questionário e comprovação de dados por meio de análise de dados apresentados em quadros.

Segundo Fonseca (2008) o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita fazer mensurações (medir) com melhor exatidão o que se deseja. O uso do questionário como coleta de dados se fez necessário para extrair dos professores da escola-campo, informações exclusivas para elucidar questões relacionadas à aplicação da Lei 10.639/2003. Os quadros foram utilizadas para explanar e dialogar acerca das respostas dadas pelos professores e alunos por meio do questionário.

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” em Parintins-AM, que no dia 14 de junho do ano de 2003, foi inaugurada a Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra”. Criada por meio do Decreto nº 027/2003 de 11 de fevereiro de 2003 da Procuradoria Geral do Município de Parintins – PGMPP. Para atender as modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, de 1ª e 2ª, 3ª e 4ª, e 5ª a 8ª séries. A nova instituição escolar recebeu o nome da professora Mércia Cardoso Coimbra, que contribuiu por mais de 25 anos com o processo educacional de Parintins/AM.

A escola foi construída nas dependências do antigo IEBEM, no Bairro de Palmares, inaugurada pelo Prefeito Municipal Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho e pelo Secretário de Educação Municipal Renner Douglas Gonçalves Dutra. Teve como primeira gestora Maria de Nazaré Magalhães Azedo (2003 – 2010), em seguida, Silva Coimbra (2011 –

2012), Gleicy Franco Martins (2013 – 2016) e atualmente Franciany Costa Pontes.

A Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra está localizada a Rua Travessa João Meireles, 805 – Bairro Palmares e recebe alunos do Bairro de Palmares e adjacências, além de outros bairros como Itaúna I, Itaúna II, Paulo Correa, Bairro da União, Ocupação do Pascoal Alággio, Residencial Parintins, Centro e alunos indígenas oriundos de comunidades indígenas do município de Parintins e Barreirinha. São alunos em sua maioria de famílias de baixa renda, muitas delas participam dos programas sociais como a bolsa família, que ajuda no sustento da casa, além do trabalho informal como: doméstico, pequenas vendas, feiras livres de alimentos, moto taxistas e trabalho autônomo.

O bairro onde está localizado a escola, promove ações festivas da igreja católica – santo das igrejas, nossa senhora do Carmo, nossa senhora de Lourdes, boi mirim, Boi Bumba, Pastorinhas, Carnailha Lagartos e Salgados e outros, que as vezes acontece nas dependências da escola.

A visão da escola é construir uma escola que ofereça educação de qualidade com acessibilidade, inovando sua prática pedagógica a partir de processos democráticos e cooperativos, que respeite os limites de cada cidadão em todos os aspectos socioculturais e políticos, individuais e coletivos.

E sua missão é assegurar o ensino de qualidade, atendendo as expectativas da comunidade escolar, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola. Com responsabilidade e compromisso à diversidade cultural, mudanças sociais, formação de cidadãos críticos, por meio da pesquisa, da socialização, da produção de saberes, de valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representação do mundo, do trabalho em cooperação com a comunidade.

Os princípios da escola são oferecer uma educação participativa e de qualidade fundamentada nos valores éticos e sociais; acolher a comunidade escolar com acessibilidade e respeito às diferenças; respeito e conservação do meio ambiente e defender e respeitar os direitos constitucionais adquiridos pela comunidade escolar e coletividade.

O objetivo geral da escola é proporcionar ações educativas que contribuam para construção do conhecimento do educando, para a promoção pessoal e coletiva e a formação social e política do aluno, da equipe escolar e dos atores envolvidos de forma consciente e responsável visando a atuação e participação na sociedade.

Seus objetivos específicos são: proporcionar ações educativas com ênfase na melhoria da qualidade do ensino; fortalecer a escola como espaço público, lugar de

debates e diálogo fundamentado na reflexão coletiva e fomenta a participação da comunidade no trabalho educativo; propor atividades diversificadas para incentivar o gosto e prazer pela leitura e garantir a formação de leitores na escola; buscar novas metodologias de ensino que favoreçam o desenvolvimento das inteligências múltiplas que possibilite a aprendizagem significativa; elevar o índice de aprovação dos alunos para 100%, garantindo uma aprendizagem significativa com vistas à superação do fracasso escolar; definir estratégia e/ou intervenções pedagógicas para atender alunos com baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas de ordem emocional e social; possibilitar metodologias educativas com ênfase no acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais; possibilitar aquisição de materiais pedagógicos e equipamentos como forma de acompanhar as novas tecnologias; estabelecer processo para acompanhamento de avaliação dos alunos com dificuldades de aprendizagem; desenvolver processo de avaliação institucional na escola como forma de avaliar a aprendizagem de todos os alunos matriculados; implantar e incentivar programa e projetos de qualificação profissional para professores e demais funcionários; garantir a ampliação e reforma da estrutura física da escola como garantia da melhoria na qualidade do ensino; ampliar o acervo bibliotecário da escola, e os recursos materiais visando o melhor aparelhamento da biblioteca e do espaço escolar.

Participaram como sujeitos da pesquisa 07 professores atuantes da referida instituição, sendo que 04 deles são professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 02 professoras de Atendimento Educacional Especializado e 1 auxiliar de professor.

### 3. CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é destinado a análise e discussão dos dados e informações coletados durante o percurso da pesquisa e a explicitar os resultados da mesma, por meio de questionários aplicados à professores da Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” dialogando esses dados com ideias de alguns autores que discutem esta temática no campo da pesquisa científica.

Elaborou-se um questionário com 05 questões dissertativas e 01 pergunta de sim ou não, perguntas essas sobre a formação acadêmica e atuação docente e a respeito de seus conhecimentos sobre a lei 10.639/03, 07 professores da escola que lecionam no turno matutino aceitaram responder ao nosso questionário com perguntas em sua maioria abertas, para deixá-los livres em suas respostas, evitando, dessa forma, limitá-los ao colocar perguntas fechadas. Os professores serão identificados por nomes de flores conforme suas respostas. As questões e os posicionamentos dos professores que responderam o questionário estão abaixo:

**Quadro 01 – Questões 01 e 02**

	01- Formação acadêmica	2- Qual disciplina você leciona e tempo de atuação no magistério?	
		Disciplina	Tempo
Girassol	Normal Superior	Todas as disciplinas nos Anos Iniciais	06 anos
Íris	Normal Superior	Todas as disciplinas nos Anos Iniciais	19 anos
Hortênsia	Licenciatura em Pedagogia	Readaptada	Não respondeu
Lavanda	Normal Superior, cursando licenciatura em Pedagogia	Todas as disciplinas nos Anos Iniciais	26 anos
Margarida	Normal Superior	Todas as disciplinas nos Anos Iniciais	20 anos
Amarílis	Licenciatura em Pedagogia	Professora de Atendimento Educacional Especializado - AEE	Menos de 01 mês
Rosa	Marcou um X como resposta	Professora de Atendimento Educacional Especializado - AEE	Não respondeu

Fonte: Costa, 2023.

De acordo com as respostas dos professores acerca de sua formação, constatou-se que a maioria atua em sua área de formação, tendo em vista que a escola só oferta as modalidades de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA.

Dos professores que responderam o questionário, 04 possuem formação Normal Superior, sendo que um deles está cursando o curso de Licenciatura em Pedagogia, enquanto que apenas 02 possuem formação completa em Pedagogia. Destacando que a maioria dos professores questionados estão lecionando a mais de 05 anos em sua área, ou seja, já possuem bastante tempo de atuação.

Segundo Brzezinski (2008) cabe ao Normal Superior formar professores em stricto sensu para atuar nas escolas que ofertam a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, tendo as competências como base para formação inicial do professor, enquanto que o curso de licenciatura em Pedagogia, com duração de quatro anos no mínimo, tem como objetivo a construção de conhecimento e a formação do professor, do pesquisador e do gestor educacional da educação básica para atuar em espaços escolares e não escolares.

Abaixo estão as perguntas 3 e 4 do questionário e as respostas dos 07 professores acerca de seu conhecimento sobre a lei 10.630/03 e sua aplicação na escola.

#### Quadro 2 – Questões 03 e 04

<b>03- Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas?</b>		
<b>Professor</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Girassol		X
Íris	X	
Hortênsia	X	
Lavanda	X	
Margarida	X	
Amarílis	X	
Rosa	X	
<b>04- Se a resposta for positiva: em que momento você já aplicou a lei na escola? De que forma?</b>		
Girassol	Não respondeu	
Íris	Na escola vivenciamos este momento através da comemoração de datas comemorativas como o dia dos povos indígenas e da consciência negra, com apresentações, pesquisa etc	

Hortênsia	Além de ser aplicada no dia a dia pedagógico, no que diz respeito a cultura afro-brasileira e sua importância na formação do povo brasileiro ainda trabalhamos o respeito as diversidades e inclusão social.
Lavanda	Temos o projeto Interdisciplinar na escola onde evidenciamos a consciência em trabalhar o tema, pois é bastante relevante para a comunidade escolar. No tema envolvemos os alunos em atividades práticas como dança, teatro, etc.
Margarida	Praticamente em todos os momentos em sala de aula, pois quando trabalhamos a cultura, costumes e etnias de um povo e até mesmo a cultura local inserimos a cultura de um determinado povo, no âmbito escolar.
Amarílis	Essa lei é aplicada sempre que falamos de nossa história e nossas culturas.
Rosa	Trabalhamos o tema “mãe de todos os tipos” ao qual nos aprofundamos ao assunto de mães negras, suas realidades, tudo isso no ensino fundamental.

**Fonte:** Costa, 2023.

Como mostra o quadro, na pergunta 03, apenas o professor Girassol não conhece a lei 10.639/03 dentre os professores questionados, mesmo sendo somente um que desconhece a lei, é evidente que a aplicação da mesma ainda deve ser mais afirmada e dialogada pelas secretarias de educação aos professores, pois por meio desta lei é que os professores, formadores de cidadãos, executam ações voltadas a quebra do preconceito e discriminação contra pessoas negras desde os Anos Iniciais, estas ações são fundamentais na formação do caráter dos sujeitos que estão sendo preparados para atuar diretamente na sociedade, que são os alunos.

Segundo as respostas dos professores na questão 04, as datas comemorativas no calendário escolar exercem fundamental importância, pois é por meio delas que muitas escolas praticam atividades lúdicas e interdisciplinares, como projetos e eventos com temáticas voltadas a cultura afro-brasileira.

A Escola “Mércia Cardoso Coimbra”, que de acordo com as respostas dos professores, promove a aplicação da lei 10.639/03 no dia-a-dia escolar, além de desenvolver projetos interdisciplinares conforme as datas comemorativas para trabalhar

as questões étnico-raciais por meio de diversas temáticas, tal qual, o tema “Mãe de todos os tipos” relatada pela professora Rosa, situada no quadro, que fala sobre a realidade de muitas mães brasileiras, incluindo as mães negras, aprofundando-se neste assunto.

As datas comemorativas fazem parte diretamente do cotidiano das escolas, pois, sabendo o significado dessas datas e sua devida importância na sociedade, o estudante agrega conhecimento significativo em sua formação, levando em consideração os contextos histórico, cultural e social impregnados nestas datas. Hoffmann (2012, p. 70) afirma que:

O que se prioriza, no planejamento é justamente o que é mais relevante para elas a cada momento, propostas que visem a valorizar as experiências de cada vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc., suas linguagens expressivas e várias áreas do conhecimento como elemento construtivo do currículo.

A utilização das temáticas das datas comemorativas no ambiente escolar é de suma importância para enriquecer o conhecimento dos estudantes, com isso, pretende-se alcançar resultados significativos no processo de ensino e aprendizagem, pois com as dinâmicas realizadas, objetiva-se fazer com que as crianças aprendam mais sobre os fatos que ficaram marcados na história de seu país, conhecendo também as diversas culturas presentes na sociedade em que vivem, a partir da apresentação e explicação do significado de cada data comemorativa explorada por meio dos projetos interdisciplinares de forma dinâmica, lúdica e divertida.

Para isso, é necessário que o professor possa ser criativo nessa questão, mas não obstante, precisa obter domínio sobre o conteúdo a ser ensinado. Nessa perspectiva, o professor tem um papel extremamente importante enquanto mediador entre o aluno e o conhecimento, facilitando, incentivando e motivando uma aprendizagem significativa. Sobre isso, Ausubel (1968), fala que:

A aprendizagem significativa tem lugar quando as novas ideias vão se relacionando de forma não arbitrária e substantiva com as ideias já existentes. Por “não arbitrariedade” entende-se que existe uma relação lógica e explícita entre a nova ideia e alguma (s) outra (s) já existente (s) na estrutura cognitiva do indivíduo. (Ausubel, 1968, p. 29).

O processo de ensino e aprendizagem também abrange a questão do estímulo do aluno a participar das diversas atividades com mais confiança, curiosidade, motivação e desempenho dos estudantes, pois é a partir desta relação de estímulo e motivação entre

professores e estudantes é que podemos fazer com que os alunos se situem no ambiente por meio de uma visão questionadora do mundo.

Por este motivo, é necessário que professores estejam sempre se atualizando acerca de metodologias novas para tratar de assuntos muitíssimo importantes, como o ensino da História e Cultura afro-brasileira, para que não sejam apenas tratados em datas comemorativas, mas que possam ser trabalhados e evidenciados no cotidiano escolar.

A seguir, a partir do quadro 03, trataremos de dialogar sobre a questão 05 do questionário, por meio das respostas dos professores a qual se refere aos desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira.

### Quadro 03 – Questão 05

<b>05- Quais são os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira?</b>	
Girassol	Conhecer mais, estudar a lei.
Íris	Um dos desafios enfrentados é a busca da superação do racismo individual e institucional em alguns âmbitos educacionais.
Hortênsia	Maior desafio dá-se na quebra do racismo, no respeito ao próximo, mas principalmente na aceitação das nossas origens.
Lavanda	Os desafios são inúmeros pois falar deste tema é um tanto polêmico, visto que muitos sofrem preconceito na sociedade. Mas a escola sente-se na obrigação de quebrar os paradigmas impostos perante essa parte da sociedade que contribui bastante na história.
Margarida	Trabalhar a conscientização e o respeito para com a cultura de cada povo. Ainda existe muito preconceito a respeito da cor e raça referente aos povos afro-brasileiros.
Amarílis	O desafio está no planejamento das aulas, buscando as melhores estratégias para que o aluno consiga ter um ótimo ensino aprendido.
Rosa	Percebemos algumas resistências devido a falta de informação que cultivam e geram resistências negativas.

**Fonte:** Costa, 2023.

Questionados quanto aos desafios de ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira, o próprio racismo, o despreparo, o planejamento das aulas e a falta de informação foram alguns pontos citados. De acordo com Munanga (2005):

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15)

Isso demonstra como a escola, independentemente de ser um espaço de discussões sobre as relações étnico-raciais, construção e difusão do saber, ainda assim, passa por percalços para desempenhar seu papel que, além de outros, é a criação de estratégias pedagógicas para valorizar a diversidade e a transmissão do conhecimento.

Partimos para a última pergunta do questionário, a qual se refere à importância do ensino da história e cultura afro-brasileira, os professores responderam da seguinte forma:

#### **Quadro 04 – Questão 06**

<b>06- Na sua opinião, você considera importante o ensino da história e cultura afro-brasileira? Por que?</b>	
Girassol	Sim, porque busca (nosso) conhecer nossas raízes, nossa descendência, nossa verdadeira história.
Íris	Sim. Porque discute a importância da cultura e identidade negra, resgatando a auto estima criando novas perspectivas na formação do cidadão enxergar-se como igual aos demais impulsionando grandes mudanças na escola e na sociedade.

Hortênsia	Ainda vivemos em uma sociedade extremamente machista, classista e causa racismo aflorado e tido muitas vezes como brincadeiras e piadas. Por esses e muitos outros fatos torna-se imprescindível que a escola trabalhe e fortalece a disciplina cultura afro-brasileira é primordial que a escola seja fonte de combate a qualquer tipo de exclusão e descriminalização social, seja ela pela crença, gênero ou cor da pele. Precisamos trabalhar o olhar para o outro causa ser humano e não pela sua cor ou condição social.
Lavanda	Sim. Porque precisamos formar uma sociedade livre de preconceitos e discriminações.
Margarida	É de fundamental relevância, por que dessa forma será trabalhado a cultura de um povo como uma disciplina, do qual serão valorizados e inseridos os conhecimentos voltados para sua cultura, costumes e etc., em sala de aula e em sua vivencia familiar.
Amarílis	Sim, é importante para os alunos conhecer nossas origens, variações culturais e a história dos antepassados para entender o hoje.
Rosa	Além de se tornar um assunto normal a ser tratado, amenizara muito os casos de racismo e principalmente a violência, uma vez que os negros, pardos, brancos e etc. são iguais e todos contribuíram com a formação brasileira.

**Fonte:** Costa, 2023.

De acordo com a resposta dos professores a tal questão, a maioria respondeu que o estudo da história e cultura afro-brasileira desconstrói a visão negativa reproduzida socialmente acerca desta cultura e conseqüentemente ajuda na valorização e resgate da autoestima dos alunos, combate o racismo e aponta a contribuição dos povos africanos na formação histórica do Brasil.

A partir disso, ficou evidente que os professores afirmam que a aplicação da lei no âmbito escolar possui grande relevância e ajuda a construir uma sociedade em que a diversidade étnico-racial seja valorizada por suas diferenças e não vista como algo negativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho trazer alguma contribuição teórica referente ao processo educacional inerente a aplicação da Lei n. 10.630/2003 a partir do diálogo com alguns autores como Oliva (2004), Pantoja (2004) e Gomes (2008) que foram de suma importância para uma compreensão mais aprofundada da Lei 10.630/2003 e as reflexões acerca dela no ambiente escolar.

Primeiramente, foram levantados alguns questionamentos para nortear esta pesquisa, para uma melhor compreensão deste contexto, indagou-se como a Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” trabalha as questões antirracistas segundo os preceitos propostos na lei 10.639/03, bem como qual a concepção dos professores e alunos a respeito dos dispositivos que regem a lei 10.639/03 e como a escola trabalha os conteúdos curriculares com base no que propõe a lei 10.639/03, para propor uma educação antirracista, além de questionar sobre quais as dificuldades em trabalhar os dispositivos da lei com relação ao antirracismo.

Para que o processo de coleta de dados fosse efetivado, o uso das técnicas de observação e questionário foram muito valiosas, visto que estas técnicas proporcionaram uma investigação mais ativa dentro do contexto escolar, assim como proporcionou uma compreensão mais clara sobre o que é realizado na escola a partir da Lei 10.639/03.

O estudo teve como objetivo principal analisar como a escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” trabalha as questões antirracistas segundo preceitos propostos na lei 10.639/03 nas ações pedagógicas desenvolvidas por professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e também procurou-se ouvir os alunos a respeito de sua percepção da lei 10.639/03 em sua instituição de ensino.

Vale ressaltar que a Lei 10.639/03 é fruto das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, principalmente, do movimento negro, sendo um instrumento forte na inclusão étnico-racial de negros, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

De acordo com as reflexões realizadas neste estudo, fica evidente que para haver a significativa implementação da lei 10.639/2003 e seus objetivos alcançados, apenas a existência da lei não basta, desse modo, é necessário que se desenvolva um conjunto de ações e mecanismos que possibilitem a efetiva aplicação desta lei, como a educação antirracista.

A participação do poder público também é de suma importância neste processo, aplicando investimentos na formação e na disponibilização de materiais didáticos próprios

para desenvolver as ações nas instituições de ensino. Sendo assim, é urgente que se trabalhe na abordagem de questões raciais na educação, pois a comunidade escolar pode estar sendo direcionada para uma educação colonial, com valores ultrapassados. E é imprescindível que toda a comunidade escolar permaneça atenta, com objetivo de desenvolver confiança na própria capacidade, orgulho e sentimento de pertencimento étnico de seu grupo social, o que é fundamental para o desenvolvimento saudável, seguro e crítico do estudante como cidadão.

A partir da pesquisa realizada na Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra” constatou-se que a maioria dos professores questionados atua em sua área de formação, destacando que a maioria deles estão lecionando a mais de 05 anos em sua área, ou seja, já possuem bastante experiência com o tempo de atuação.

Evidenciou-se também que apenas um professor não conhece a lei 10.639/03 dentre os que foram questionados, mesmo sendo somente um que desconhece a lei, é evidente que a aplicação da mesma ainda deve ser mais afirmada e dialogada pelas secretarias de educação aos professores.

Ficou claro, segundo as respostas dos professores a respeito da aplicação da lei na escola, que as datas comemorativas no calendário escolar exercem fundamental importância, pois é por meio delas que muitas escolas praticam atividades lúdicas e interdisciplinares, como projetos e eventos com temáticas voltadas a cultura afro-brasileira.

A Escola “Mércia Cardoso Coimbra”, que de acordo com as respostas dos professores, promove a aplicação da lei 10.639/03 no dia-a-dia escolar, além de desenvolver projetos interdisciplinares conforme as datas comemorativas para trabalhar as questões étnico-raciais por meio de diversas temáticas.

Em relação aos desafios de ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira, o próprio racismo, o despreparo, o planejamento das aulas e a falta de informação foram alguns pontos citados pelos professores pesquisados. Isso demonstra como a escola, independentemente de ser um espaço de discussões sobre as relações étnico-raciais, construção e difusão do saber, ainda assim, passa por percalços para desempenhar seu papel que, além de outros, é a criação de estratégias pedagógicas para valorizar a diversidade e a transmissão do conhecimento.

De acordo com a resposta dos professores ao serem questionados a respeito da importância do ensino da história e cultura afro-brasileira, a maioria respondeu que tal estudo desconstrói a visão negativa reproduzida socialmente acerca desta cultura e

consequentemente ajuda na valorização e resgate da autoestima dos alunos, combate o racismo e aponta a contribuição dos povos africanos na formação histórica do Brasil.

Portanto, ficou evidente que os professores afirmam que a aplicação da lei no âmbito escolar possui grande relevância e ajuda a construir uma sociedade em que a diversidade étnico-racial seja valorizada por suas diferenças e não vista como algo negativo.

## REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D. P. *Educational Psychology: A Cognitive View*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518versaofinalsite.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518versaofinalsite.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de jan. De 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dez. de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRZEZINSKI, I. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação, CEDES, Campinas, v.29, n.105, p. 1.139-1.166, set./dez. 2008.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FELISBERTO, Fernanda. **A África na sala de aula: recuperando a identidade afro-brasileira na História e na Literatura**. In: GOMES, Nilma Lino. *Tempos de lutas: as Ações Afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 69-79.
- FLECK, B. V. **Literatura Infantil**. Caderno Pedagógico, UDESC/CEAD, Florianópolis: 2003. p. 82.
- FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3. ed. Manaus: Valer, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas?**. São Paulo: Madani. Adv.br, 2002.

Disponível em: < <http://www.madani.adv.br/aula/Frederico/GIL.pdf>. Acesso em: 10 de jan, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola:** desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil:** ausências, emergência e a produções dos saberes. Política e Sociedade, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 133-154, abril, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003:** desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, v.14, n.47, p.19-33, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

HOFFMANN, J. Avaliação e Educação Infantil: **um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** –Porto Alegre: Mediação, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARQUES, E.P; PELICIONI, M.C.F; PEREIRA, I.MT.B. **Educação Pública:** falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.17 n.3 São Paulo dez. 2007.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda:** sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOREIRA, R.C; VIANA, C.S. **Avanços e desafios na implementação da lei 10.639/2003:** um estudo na rede municipal de ensino de Senhor do Bonfim/BA. Trilhas Pedagógicas, v. 5, n. 5, Ago. 2015, p. 150-167.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo R. **Fontes da educação popular na América Latina.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** Universidad de Lisboa. Revista Educación, p. 1-10, 2009. Disponível em: [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf).

Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A África, o imaginário ocidental e os livros didáticos - Reflexão de uma pesquisa acerca do ensino de História da África.** In: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma. Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: [s.n.], 2004.

PANTOJA, Selma. **A África imaginada e a África real.** In: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma. Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: [s.n.], 2004.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antonio Novaes da. **À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios:** movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. Revista da ABPN, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul/out. 2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/189/185/>.

Acesso em: 10 jan. 2023.

SCHNEIDER, Fernanda Chagas e SCHNEIDER, Carolina Chagas. **Escola para todos:** promovendo uma educação antirracista – Planos de aula comentados. Fundação Telefônica Vivo, São Paulo, 2021.

SILVA, Karla Souza da; ACCORSI, Ana Maria Bueno. **Protagonismo negro na literatura infantil:** por uma abordagem antirracista do texto literário. Revista Científica Eletrônica da UERGS, v. 7, n. 3, p. 275-283, 29 dez, 2021.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

SOUZA, Janyne B. de. **Avanços e desafios no processo de implementação e inclusão da lei 10.639/03:** um estudo da rede municipal de ensino de Jequié-BA. Educon, Aracajú, v. 10, n.01, p. 1-13, setembro, 2016. Disponível em:

[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8978/16/Avancos\\_e\\_desafios\\_no\\_processo\\_de\\_implementacao\\_e\\_inclusao\\_da\\_lei\\_10639.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8978/16/Avancos_e_desafios_no_processo_de_implementacao_e_inclusao_da_lei_10639.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform.** London: Routledge, 1990.

ZILBERMAN, R. Literatura Infantil: Livro, Leitura, Leitor. In: ZILBERMAN, Regina (org.). **A produção cultural para a criança.** 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

**ANEXO I**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
COLETA DE DADOS DE PESQUISA DE TCC**

**Questionário sobre a Lei 10.639/2003 para professores**

1. Qual a sua formação acadêmica?

---

---

2. Qual disciplina você leciona na escola e há quanto tempo?

---

---

---

3. Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas?

( ) Sim ( ) Não

4. Se a resposta for positiva: em que momento você já aplicou a lei na escola? De que forma?

---

---

---

5. Quais são os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira?

---

---

---

6. Na sua opinião, você considera importante o ensino da cultura afro-brasileira? Por que?

---

---